

política

Jornalista Carlos Bastos morre aos 91 anos na Capital

Profissional teve destacada trajetória na comunicação do Estado

/ IMPRENSA

Marcus Meneghetti
marcusv@jcrs.com.br

O jornalista Carlos Bastos faleceu às 13h40min desta terça-feira, 21 de julho, no Hospital Moinhos de Vento, em Porto Alegre. Segundo fontes próximas à família, ele estava internado e teria sofrido uma parada cardíaca. Nascido em 1934, Bastos completaria 92 anos no próximo sábado, 25 de julho. As informações foram confirmadas pela Associação Riograndense de Imprensa (ARI).

Filho de pai brasileiro e mãe argentina, o jornalista Carlos Henrique Esquivel Bastos nasceu em Passo Fundo, em 25 de julho de 1934. Em 1950, aos 16 anos, mudou-se com a família para Porto Alegre. Em 1955, iniciou a carreira jornalística no jornal Clarim, fundado por Leonel Brizola - figura que marcaria sua atuação política.

Como o periódico de Brizola teve mais ou menos um ano de vida, Bastos prosseguiu com a sua carreira no jornal A Hora. Também passaria pela Última Hora, O Dia, Zero Hora, Rádio e TV Gaúcha, Rádio e TV Difusora, **Jornal do Comércio**, onde foi editor de Política até o início de 2008, entre outros veículos.

Em 1961, cobriu a Campanha da Legalidade, liderada pelo então governador Leonel Brizola. A experiência foi crucial para que, depois da ditadura militar (1964-1985), se filiasse ao PDT, partido então recém fundado pelo ex-governador. Considerava-se brizolista.

Em 2024, quando completou 90 anos, Carlos Bastos teve seu perfil retratado em Reportagem Cultural, assinada pelo jornalista Márcio Pinheiro e publicada pelo Jornal Comércio, em que comenta sua vivência em décadas da política gaúcha.



MARCELO G. RIBEIRO/ARQUIVO/JC

Bastos cobriu a Campanha da Legalidade e foi editor de Política do JC

tica gaúcha. O jornalista também esteve na Entrevista Especial de segunda-feira do JC, em 2021, nos 60 anos da Legalidade.

Bastos também atuou no setor público. Foi superintendente de Comunicação da Assembleia Legislativa em gestões presididas por parlamentares de diferentes partidos. No Executivo, exerceu o cargo de secretário de Comunicação em governos do PDT, tanto na gestão estadual (governo Alceu Collares, 1991-994), quanto na prefeitura de Porto Alegre no mandato de José Fortunati, em 2014.

O Sindicato de Jornalistas Profissionais do Rio Grande do Sul (SindJoRS), publicou uma nota manifestando profundo pesar pelo falecimento do jornalista. "A história do jornalismo gaúcho se confunde com a trajetória de Carlos Bastos. Sua partida representa uma perda irreparável para a imprensa brasileira, mas seu legado permanecerá vivo nas reportagens que escreveu, nas funções que ocupou, na memória que preservou, na atuação sindical que exerceu e nos profissionais que inspirou", afirmou a entidade.

O sentimento também foi dividido pelo Partido Democrático

Trabalhista (PDT) que afirmou que "ao lado de Leonel Brizola, Carlos Bastos participou de um dos momentos mais marcantes da defesa da democracia no Brasil". "Sua atuação, marcada pela ética, pela inteligência e pela capacidade de diálogo, fez dele um mestre para inúmeras gerações de jornalistas e um respeitado interlocutor da política gaúcha", declarou o partido em nota.

Em suas redes sociais, a ARI manifestou profundo pesar pela morte de "um dos mais importantes e respeitados nomes da história do jornalismo político do Rio Grande do Sul". Segundo a entidade, "Carlos Bastos construiu uma carreira marcada pelo compromisso com a informação de qualidade, acompanhando e registrando alguns dos mais relevantes acontecimentos da política gaúcha e brasileira".

O Grêmio Foot-Ball Porto Alegrense lembrou em nota que Bastos atuou como conselheiro do Clube no período de 2004 a 2010. O clube solidariza-se com amigos e familiares neste momento.

Até o fechamento desta edição, não havia informações sobre as cerimônias de despedida.

mentos do banco de Daniel Vercaro, por meio da empresa da nora do parlamentar e de um apartamento em Salvador avaliado em R\$ 2,5 milhões. A apuração foi feita a partir da análise de material apreendido com Augusto Lima, ex-sócio do Master e próximo a Wagner.

O depoimento está previsto

PF intima Wagner sobre suspeitas no caso Master

/ INVESTIGAÇÃO

O senador Jaques Wagner (PT-BA), ex-líder do governo Lula (PT) no Senado, foi intimado pela Polícia Federal (PF) a depor em agosto na investigação relativa ao caso Master. Ele foi alvo de operação em junho sob suspeita de ter recebido paga-

Governador sanciona Lei de Diretrizes Orçamentárias 2027

/ GOVERNO DO RS

Bolívar Cavalari
bolivarc@jcrs.com.br

O governador gaúcho Eduardo Leite (PSD) sancionou ontem a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) para o exercício de 2027 no Estado. A peça prevê déficits orçamentário de R\$ 4 bilhões e primário de R\$ 4,8 bilhões no ano que vem, e foi aprovada na Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul na semana passada. A sanção está presente no Diário Oficial do Estado (DOE) desta terça-feira.

Em anos anteriores o Executivo apresentou LDOs com previsões deficitárias, mas ao final dos exercícios o governo fechou as contas no azul. Há cinco anos o Piratini registra resultados superavitários.

O déficit orçamentário de R\$ 4 bilhões é efeito da previsão de receitas de R\$ 95,2 bilhões e despesas de R\$ 99,3 bilhões. Já o resultado primário, que desconsidera as receitas e os encargos financeiros, é negativo em R\$ 4,8 bilhões, com receitas de R\$ 67 bilhões e despesas de R\$ 71,9 bilhões.

A Lei de Diretrizes Orçamentárias do Estado para o ano seguinte precisa ser aprovada e sancionada na metade de cada exercício, e, como o nome propõe, ela define as diretrizes e metas que estarão presentes na Lei Orçamentária Anual (LOA), que contém maiores detalhes sobre o or-

çamento anual. A LOA será enviada pelo Executivo para apreciação do Parlamento nos últimos meses do ano.

Um dos pontos da LDO 2027 mais criticados por deputados opositores ao governo Leite é a ausência da garantia de cumprimento do mínimo constitucional de 12% da receita líquida de impostos e transferências (RLIT) para ações de saúde. O governo gaúcho firmou um acordo com o Ministério Público Estadual (MPE) em 2025 para postergar até 2030 o cumprimento deste piso. A medida foi anunciada com o objetivo de eliminar os chamados gastos controversos do cômputo dos 12%.

Pelo acordo com o MPE, o governo gaúcho precisará destinar pelo menos 11,01% da RLIT do ano que vem em ações de saúde. Para os anos seguintes, estão previstos 11,35% da receita em 2028; 11,67% em 2029; 12,05% em 2030; e 12,5%. Ou seja, nos dois anos finais da vigência do acordo o governo gaúcho terá de aportar percentual superior ao mínimo constitucional.

A aprovação da LDO na Assembleia Legislativa ainda adicionou nove emendas ao texto original do governo, demandadas pela bancada de oposição à esquerda e pelo bloco opositor à direita da gestão Leite. Entre os acréscimos à legislação, está firmada a obrigatoriedade de destinação de 0,5% da RLIT para Uergs e universidades comunitárias.

Candidatos ao Planalto podem gastar até R\$ 133 milhões na campanha

/ ELEIÇÕES 2026

Os candidatos à Presidência da República poderão gastar até R\$ 133,4 milhões nas eleições de outubro de 2026, segundo valores definidos pelo Tribunal Superior Eleitoral (TSE). Os limites de gastos de campanha para cada cargo do pleito foram oficializados em portaria publicada ontem.

A corte estabeleceu que quem se candidatar ao Planalto poderá usar até R\$ 88,9 milhões no primeiro turno. Caso a disputa vá para o segundo turno, eles serão liberados a gastar outros

R\$ 44,5 milhões.

Os valores são os mesmos para a campanha de 2022, atendendo a um pedido feito pelos presidentes dos partidos ao presidente do TSE, ministro Kassio Nunes Marques, para congelar o teto de gastos. Eles argumentaram que aumentar o limite poderia gerar distorções entre as candidaturas.

A portaria do TSE também define que o limite de gastos na campanha para os candidatos a governador e ao Senado irá variar de acordo com o tamanho do colégio eleitoral - quanto maior, mais dinheiro previsto.